

# Entre a civilização e a barbárie | Luiz Marques

22/09/2022

---



No campo, o agronegócio expõe a visão colonialista sobre o território e os povos originários, como prova a invasão das áreas indígenas pela agricultura tipo exportação e a pecuária “para passar a boiada”, na Amazônia. A legislação é letra morta para aqueles que se consideram os “donos das terras”. A extensão da proteção dos direitos trabalhistas às lides rurais nunca foi aceita, de fato. O extrativismo e o trabalho escravo são crimes colaterais da dominação dos neocolonizadores. A propósito, ver o filme *Pureza* (2022), de Renato Barbieri, inspirado em fatos reais e revoltantes.

Na cidade, empresários predadores de direitos, para os quais o desgoverno funciona como “capitão do mato” a serviço da acumulação, têm a mesma visão colonial-escravista. Não perdoam a inclusão dos trabalhadores domésticos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com a obrigatoriedade da carteira, férias e décimo-terceiro. Preferem a reforma trabalhista e previdenciária, o teto de gastos públicos e o entreguismo privatista, carimbados pelo vice golpista Michel Temer; o traidor que rasgou o programa de governo eleito com a presidenta Dilma Rousseff. Conforme o *site* Metrôpoles, setores do empresariado – tendo na proa o caricato “véio da Havan” e um pastiche da Estátua da Liberdade – tramam o próximo golpe se a “Frente Juntos Pelo Brasil” liderada por Lula vencer as eleições. Assusta-os a ideia republicana de soberania popular. Odeiam a democracia.

No arco que compreende o campo e a cidade, o bloco de classes hegemonizado pelas finanças não possui um autêntico projeto de nação. O domínio que exerce não tem compromisso nenhum com o futuro. Sua gramática se resume à opressão e à exploração. Sua sintaxe é uma ode à relação de mando e obediência. Séculos de escravidão formataram a falta de empatia com os humildes e, em simultâneo, o complexo de viralata das classes dominantes diante das potências estrangeiras. Antes, em viagens à metrópole portuguesa, Lisboa; agora, à breguice estadunidense de Miami.

A burguesia brasileira serve-se da ética nietzscheana, que contrapõe os fortes aos fracos. Negros, mulheres, gays, trabalhadores braçais, analfabetos e pobres em geral são os subalternizados do tabuleiro. Vítimas de preconceitos, ocupam lugares secundários no circuito produtivo, quando conseguem. Carecem do estatuto de cidadania, anunciado nas promessas emancipadoras (*liberté, égalité, fraternité*) da Revolução Francesa, na alvorada da Idade Moderna. Na condição de subcidadãos precarizados e excluídos dos predicados da espécie, uma vasta parcela da população é despojada de oportunidades e dignidade. O sistema alija-a dos ideais da sociabilidade humana. Como na canção: “Ninguém morou na dor que era o seu mal / a dor da gente não sai no jornal”.

Para Antonio Gramsci, na década de 1930, a luta para construir uma contra-hegemonia passava pelo combate: a) ao senso comum, isto é, a ideologia dos poderosos para justificar a subordinação socioeconômica e; b) à religião que legitimava então a repressão estatal contra os movimentos sociais e, no papado de Pio XII, era conivente com a ascensão do nazifascismo na Itália e na Alemanha. De lá para cá, os instrumentos de

alienação se sofisticaram, ampliaram e massificaram. Uma recontextualização das notas acima, hoje, implica em desmascarar: a) o dissimulado discurso da meritocracia que oculta as desigualdades de nascimento e; b) a hipócrita teologia que usa a boa fé dos fiéis para enriquecer os pastores / adoradores do “bezerro de ouro”. Desmascaramento, já.

## **Liberdade ainda que tarde**

Na França, em 1945, as pessoas acreditavam que a URSS vencera a Segunda Guerra. No entanto, uma pesquisa feita com a geração posterior apontou uma mudança de percepção por efeito da filmografia de Hollywood, encenando os EUA como os vitoriosos. Marshall McLuhan revela que “os meios influenciam a recepção das mensagens”. Shoshana Zuboff denuncia “a era do capitalismo de vigilância”, onde os algoritmos desvendam o desejo dos consumidores para prever e direcionar o consumo. Eugênio Bucci, ao estudar a “superindústria do imaginário” conclui que “perto disso, o *1984* de George Orwell é uma fábula infantil”. As imensas potencialidades contidas nos avanços tecnológicos não revigoraram a representação ou a participação, senão o poder das *Big Techs*.

No terreno da política, a extrema direita se utiliza dos recursos tecnológicos à disposição para fraudar o resultado das urnas. Vale qualquer expediente (robôs, *fake news*, *deep fakes*) para que os meios possam sobredeterminar e manipular a vontade do eleitorado. Este é o auge da conversão de tudo e todos em objetos de decoração, na sociedade de espetáculo. Caracteriza o padrão emergente de enfrentamento político-eleitoral, rumo ao Estado iliberal, que subjuga o devir ao cálculo da fria racionalidade na corrida para a superação da ética e do direito. Na fala do ex-secretário de Cultura de Florença, Giuliano Da Empoli, em *Os Engenheiros do Caos* (Vestígio): “No mundo de Donald Trump e Jair Bolsonaro, cada dia surge com uma gafe, uma polêmica, a eclosão de um escândalo”. O rompimento sistemático das normas constitucionais e leis cria um novo *habitus*, entre os comuns. Aberta a tampa do esgoto, subiram ao cume o fanatismo, a intolerância, a ignorância e a corrupção.

O *habitus*, na acepção de Pierre Bourdieu, no caso, afora fixar um esquema de ação (“rachadinhas”) sedimenta as estruturas cognitivas duradouras (racistas, sexistas), engendra o gosto (camiseta verde-amarela da CBF), os julgamentos éticos (seletivos, que ignoram 51 imóveis comprados em dinheiro vivo), as práticas culturais (das tradições desigualitárias) e as preferências políticas (autoritárias e totalitárias) que remetem o destino pátrio para a distopia. O pertencimento a uma classe, um grupo ou categoria profissional acarreta vivências e posições semelhantes na hierarquia do capitalismo. Assim, se reproduzem as iniquidades, os estigmas, as injustiças e os privilégios. Os indivíduos agem condicionados pelas estruturas objetivas, mas também agem influenciados pelas respostas dadas nas situações que compõem as suas experiências, ao longo da história (00,01,02,03,04).

Cada pessoa tem um duplo; de um lado, a singularidade de um corpo limitado e perecível e, de outro, os coletivos que conferem a autoestima, o reconhecimento e a identidade pública para canalizar os perfis no plano político e ideológico. Bolhas neofascistas se distinguem pelos sinais simbólicos de violência, ao invés do respeito às “regras do jogo” próprias do Estado de Direito democrático. Os ogros aplicam táticas para testar e esticar, mais e mais, o limite de tolerância das instituições. Intimidações, agressões discriminadoras, misóginas ou homofóbicas fazem parte do cardápio de quem não sabe comer com talheres, e sequer manter a boca fechada em um velório.

As mentiras reiteradas com desfaçatez na propaganda bolsonarista de rádio e televisão na campanha, sem que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) restabeleça a verdade e aplique as devidas sanções, somadas às ameaças de arma em punho a militantes e simpatizantes da candidatura progressista, com mortes contabilizadas a exemplo do petista Marcelo Arruda, no Paraná, – não deixam dúvida de que estão em disputa os valores da civilização contra os desvalores da barbárie e da destruição. Para salvar a República, é um dever moral destituir o genocida no primeiro turno.

No momento, nem **Ciro Gomes (PDT)** nem **Simone Tebet (MDB)** parecem pensar no dilema dramático vivido pelo Brasil. Minimizam o significado de 400 mil mortes evitáveis na pandemia, fruto do negacionismo sobre a doença viral e a vacinação, pelo mais sórdido e mentiroso governante do planeta. Minimizam a dinâmica de desindustrialização em marcha, a multidão de desempregados e os milhões de esquecidos que padecem a insegurança alimentar e a fome. Minimizam as investidas para armar o arsenal do crime organizado e promover a brutal regressão do país ao “estado de natureza” miliciano. Com cara de paisagem, ambos ainda sustentam a candidatura para o Palácio do Planalto, sem metabolizar as consequências do perigoso flerte com a tragédia. Como no poema de Bertolt Brecht: “Por que não visitam as nossas feiras? Não fiquem tanto tempo à mesa!”

A “terceira via”, alavancada pela mídia corporativa durante meses a fio, fracassou. Os eleitores pedetistas e emedebistas não podem deixar a sua consciência refém da vaidade de líderes que se comportam como linha auxiliar do neofascismo (logo, do neoliberalismo). A boa política cobra coerência e desprendimento. Chega de desafiar os deuses na roleta da irresponsabilidade. É hora de recolocar o processo histórico e a esperança nos trilhos da democracia. *Libertas quae sera tamen.*

**Luiz Marques** é Docente de Ciência Política na UFRGS, ex-Secretário de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul.